

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre Conselho do Campus

CONSELHO DO *CAMPUS* PORTO ALEGRE DO IFRS GESTÃO 2020/2022

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA № 02/2021

Aos cinco (05) dias do mês de abril (04) de dois mil e vinte um (2021), às quatorze horas e cinco 1 2 minutos (14h05min), através do link https://conferenciaweb.rnp.br/conference/rooms/ifrs-3 wpoa/invite via web conferência, foi realizada a segunda sessão extraordinária do ano de 2021 do Conselho do Campus, cuja pauta constou no Ofício-Circular 100/2021/CONCAMP/POA/IFRS 4 5 expedido pelo Presidente deste Conselho. Iniciou-se a reunião com a presença do Presidente do 6 Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, da secretária indicada pelo presidente, Iara Elisabeth Schneider 7 e dos conselheiros: Ana Caroline Lopes da Cruz (titular), André Rosa Martins (titular), Cássio Silva Moreira (titular), Cláudia do Nascimento Wyrvalski (suplente), Iuri Correa Soares (suplente), Juliana 8 9 Schmitt de Nonohay (titular), Leonardo De Carvalho Chimendes (titular), Lucas Bueno da Rosa 10 (suplente), Márcia Loureiro da Cunha (suplente), Maristela de Godoy (suplente), Martha Helena 11 Weizenmann (titular), Pablo Alberto Lanzoni (titular), Suzinara da Rosa Feijó (titular). Conselheiros 12 ausentes: Elizabete Machado de Figueiredo (titular), Cristne Stella Thomas (titular - em férias), 13 Tatiane Oliveira de Oliveira (titular). Intérpretes de libras presentes: Ana Beatriz Seitz e Carina 14 Paim da Silveira. Servidora presente para auxílio à Secretaria do CONCAMP: Caroline Kruse Ramos, 15 Chefe de Gabinete. Pauta única: 1. Apreciação do Parecer da Comissão de Ensino, Pesquisa e 16 Extensão (CEPE) e Parecer de Vista: Processo nº 23368.000077/2021-59 - Calendário Acadêmico 17 2020/2021. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt abriu a sessão com votos de 18 solidariedade a todas as famílias em razão de perdas pela pandemia COVID-19. Esclareceu ser 19 continuidade da primeira sessão extraordinária em razão da solicitação de parecer de vista do conselheiro André. O conselheiro André, apresentando seus votos de solidariedade em razão da 20 21 pandemia covid 19, fez a leitura do mérito e voto do seu parecer de vista. Esclareceu que esse 22 parecer acolheu integralmente o parecer da CEPE, bem como a solicitação de inclusão de período de matrículas para novos ingressantes do Mestrado Profissional em Informática na Educação (MPIE), que chegou a este Conselho através do Ofício nº 95/2021/GAB/POA/IFRS. Enfatizou que a proposta da minuta de resolução visa contribuir no controle e redução dos riscos na academia, Com a ideia central de evitar a circulação do vírus ao máximo sendo fundamental e imprescindível a aprovação prévia deste documento antes da liberação de qualquer atividade presencial vinculada Calendário Acadêmico. Informou que, em conversa com alguns conselheiros, houve sugestão de emenda à minuta de resolução, as quais acolheu, excluindo o parágrafo primeiro do artigo 2º. Concluiu que, como instituição, teríamos grande responsabilidade no contexto atual, ou seja trabalhar no distanciamento social e ter vacina para barrar a disseminação da pandemia. Por sermos instituição de ciência, não se poderia apostar na exposição das pessoas, colocando-as em risco pelo regime hibrído, na entrega de pendrive, material de fotocópia, empréstimo de livros, aumento no uso do transporte público, o que seria uma aposta de negacionismo, indo contra à ciência e seus procotolos já definidos para controle da pandemia, enfatizando a posição contrária ao sistema hibrído ou as atividades citadas, que colocariam em risco a saúde da comunidade pela exigência de maior circulação e exposição das pessoas à pandemia. Deixou a minuta em aberto para sugestões dos conselheiros. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, esclareceu sobre o curto período para elaboração do calendário acadêmico em razão do prazo estabelecido pelo ofício da PROEN, e sobre definições previstas na Resolução 15/2021/CONSUP/IFRS. Foi aberto aos conselheiros a discussão sobre calendário acadêmico, parecer da CEPE e parecer de vista. O conselheiro luri considerou tratar-se dois assuntos distintos: a retomada do calendário acadêmico, e outro, outro referente a execução do calendário proposto pelo parecer de vista, e que se esses assuntos forem deliberados de forma única, isso colocaria o formato remoto até o encerramento do mesmo em janeiro de 2022. Esclarecendo ser favorável atividades remotas durante a pandemia, ponderou que a própria Resolução 15/2021/CONSUP/IFRS delegou os Conselhos dos campi, como instância para autorizar sobre possíveis atividades presenciais no seguir do calendário, e que aprovação do calendário acadêmico não indica liberação de atividades presenciais automaticamente. Propôs desvincular um assunto do outro para discussão e deliberação do Conselho. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, esclareceu que a proposta era trazer, especificadamente, o calendário acadêmico e, que a Resolução 15/2021/CONSUP/IFRS delegou aos Conselhos dos campi a autorização de atividades presenciais para aulas práticas ou entrega de materiais pedagógicos para atender as

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

dificuldades de acesso digital por parte de alguns estudantes. O conselheiro André Esclareceu que sua proposta estava intrinsecamente conectada ao calendário acadêmico, pois a Resolução 15/2021/CONSUP/IFRS permite o sistema híbrido desde o início do calendário, e por isso seria necessário que se faça uma escolha de somente atividades remotas nesse momento, devido aos riscos atuais da pandemia, evitando expor as pessoas ao vírus pela circulação dos indivíduos para quaisquer atividade presencial. Citou o estudo do Dr Dimas Covas, que a vacina somente estaria disponível aos idosos acima de 60 anos e grupos prioritários até junho deste ano, e que o combate da pandemia se faz pela diminuição da transmissão, ou seja distanciamento social, rompendo a cadeia de disseminação do vírus. Esclareceu que a alteração proposta ao artigo 1º, viabilizaria, por exemplo, a entrega de pendrives e cestas básicas, e que a proposta do parecer buscava evitar a abertura diária do campus, enfatizando a responsabilidade da instituição em evitar o aumento da circulação de pessoas. O conselheiro luri registrou sua posição contrária a qualquer atividade presencial nesse momento, em concordância com o posicionamento da ciência, que aponta a vacinação e o distanciamento social como únicas formas de bloquear a transmissão do vírus. Esclareceu que no seu entendimento aprovação do calendário acadêmico não permitiria atividades presenciais automaticamente, não sendo favorável a vinculação dos dois assuntos na deliberação do Conselho. A conselheira Marta enfatizou a importância do conteúdo do parecer de vista, porém teria dúvidas em relação a deliberação de forma única, e que, também não é favorável o retorno do presencial, exceto atividades de entrega de chips e kits de alimentação que ocorrem eventualmente. O conselheiro André esclareceu à conselheira, citando o art. 23 da Resolução 15/2021/CONSUP/IFRS, que permite atividades presenciais aos estudantes desde a abertura do calendário acadêmico, e que o campus Viamão deliberou a atividade remotas apenas aos servidores, mas sua propostas é para toda a comunidade, incluindo alunos e terceirizados. Com relação a obrigação dos servidores em vacinar-se, citou para reflexão dos conselheiros, que para viajar seria necessário comprovação da vacina, questionando, porque isso não poderia ser solicitado no campus. Enfatizou a necessidade de criar-se uma barreira para a circulação do vírus. A conselheira Suzinara, concordando com o conselheiro André em defesa da saúde de todos, refletiu sobre a localização do campus e sobre não haver prioridade para vacinação dos trabalhadores na área da Educação. Defendeu a importância de definir estratégias a fim de evitar a evasão de alunos. O conselheiro Leonardo, também diretor da Federação Nacional de Estudantes do Ensino Técnico, reafirmou a posição do conselheiro André ser fundamental na premissa da pandemia, e por

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

estarmos no Centro de Porto Alegre. Enfatizou, como representante discente, o compromisso com a vida, e a importância em não omitir-se de posicionar a favor da saúde e da ciência. O conselheiro Cássio, elogiando, registrou sentir-se muito bem representado pela fala do conselheiro discente Leonardo, por uma visão tão sistêmica e holística. O conselheiro Pablo entendeu estarem discutindo a retomada do calendário acadêmico e sua operalização, questionando se a votação poderia ser desmembrada, sendo esclarecido que sim. A conselheira Juliana Nonohay levantou o questionamento de qual seria o melhor caminho para que os alunos efetivamente tivessem aulas. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, esclareceu que pela Resolução 15/2021/CONSUP/IFRS, qualquer atividade presencial depende da aprovação do Conselho do Campus. A conselheira Cláudia e Martha concordaram com o encaminhamento do conselheiro Pablo em realizar a votação em duas etapas. A Diretora de Ensino, Márcia Bündchen, esclareceu ao conselheiro Pablo, sobre a questão de retomada do calendário, que seriam realizadas rematrículas para o novo calendário, diferenciando dos alunos ingressantes por vagas oriundas de evasão e do processo seletivo. Em relação as duas semanas iniciais de 2020, foi considerado que não seriam pedagogicamente viáveis de aproveitamento, devido ao grande lapso de tempo, mas ficando aberto para ser contabilizado pelos docentes, por recuperação de conteúdo. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, esclareceu que o que estaria-se fazendo nesse momento seria referente ao art. 1º da Resolução 15/2021/CONSUP/IFRS, e discentes que necessitariam de comprovação de estarem matriculados no ano civil de 2021 para fins de transporte, estágios, etc. Esclareceu ao conselheiro luri que a resolução é uma, mesmo de fragmentando na votação. O conselheiro André solicitou votação nominal, encaminhando que fossem em duas etapas. Esclareceu ao conselheiro Pablo, não perceber ilegalidade na solicitação de comprovação da vacina, por implicar em imunização coletiva, mas que poderia ser alterado no proposta por destaque. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, encaminhou a votação em duas etapas, primeiro aprovar proposta original do calendário acadêmico, ressalvado destaques no Parecer da CEPE, e após o Parecer de Vista, ressalvado os destaques. A conselheira Martha solicitou supressão do art. 4º do Parecer de Vista. O conselheiro Iuri no art. 2º, suprimir do condicional "até que ocorra a imunização da comunidade interna do campus, de acordo com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 do Ministério da Saúde", suprimindo também os §1º e §2º. O Presidente Fabrício, encaminhou acrescentar ao Parecer da CEPE as solicitações do Ofício nº 095/2021/GAB/POA/IFRS, matricular dos alunos do Mestrado Informática em

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

116 Educação (MPIE). O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, encaminhou a aprovação da proposta original, ressalvado dos destaques no Parecer da CEPE e inclusão das datas solicitadas no 117 Ofício nº 095/2021/GAB/POA/IFRS, referente às matrículas do MPIE. Questionou se todos estavam 118 esclarecidos ou se haveria alguma defesa contrária, nada havendo, encaminhou a votação. 119 Conferido o quorum, estavam presentes onze conselheiros, às 15h56min. EM VOTAÇÃO NOMINAL: 120 Aprovar calendário acadêmico 2020/2021, ressalvado dos destaques no Parecer da CEPE e 121 122 inclusão das datas solicitadas no Ofício nº 095/2021/GAB/POA/IFRS. Ana Caroline Lopes da Cruz - a 123 favor, André Rosa Martins - a favor, Cássio Silva Moreira - a favor, Cláudia do Nascimento Wyrvalski - a favor, Fabrício Sobrosa Affeld - a favor, Leonardo De Carvalho Chimendes - a favor, 124 Lucas Bueno da Rosa - a favor, Maristela de Godoy - a favor, Martha Helena Weizenmann - a favor, 125 Pablo Alberto Lanzoni - a favor, Suzinara da Rosa Feijó - abstenção. (10 a favor - 00 contra - 01 126 abstenção) Aprovado por maioria. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt 127 encaminhou à votação aprovar o Parecer de Vista do conselheiro André Rosa Martins, ressalvado 128 os destaques. Abriu a defesa contrária, nada havendo. O conselheiro André defendendo o parecer, 129 130 lembrou que, caso rejeitado, somente após quatro meses poderia-se retornar para deliberar sobre garantir as atividades remotas e propostas similares, por força do Regimento Interno do Conselho. 131 Com isso, enfatizou a importância em aprovar o Parecer de Vista, considerando as condições 132 sanitárias locais e a infraestrutura do Campus Porto Alegre, que impediriam a forma híbrida com 133 segurança sanitária nesse momento atual. Encaminhou a aprovação, e sua emenda ao art. 1º: 134 manter a redação do caput, suprimir o §2º, e alterar o §1º para "Parágrafo único". Esclareceu à 135 conselheira Cláudia, que a entrega de kits alimentação, chips, tablets e por isso, ele mesmo 136 137 solicitou a emenda ao art. 1º, após conversa com a conselheira Maristela. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, encaminhou à votação, questionando se todos estavam 138 139 esclarecidos ou se haveria defesa contrária. Nada havendo, encaminhou a votação. Conferido o quorum, estavam presentes onze conselheiros. EM VOTAÇÃO: Aprovar o Parecer de Vista do 140 conselheiro André Rosa Martins, ressalvado os destaques. Ana Caroline Lopes da Cruz - a favor, 141 André Rosa Martins - a favor, Cássio Silva Moreira - a favor, Cláudia do Nascimento Wyrvalski - a 142 favor, Fabrício Sobrosa Affeld - a favor, Leonardo De Carvalho Chimendes - a favor, Lucas Bueno 143 144 da Rosa - a favor, Maristela de Godoy - a favor, Martha Helena Weizenmann - a favor, Pablo Alberto Lanzoni - a favor, Suzinara da Rosa Feijó - a favor. (11 a favor - 00 contra - 00 abstenção) 145 Aprovado por unanimidade. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt abriu ao destaque: 146

suprimir o §2º, e alterar o §1º para "Parágrafo único" no art. 1º. O conselheiro André defendeu a supressão, para evitar a interpretação de que não seria possível incluir os kits alimentação e entrega de tablets e chips na portaria sobre serviços essenciais, da Direção-geral. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, questionou se todos estavam esclarecidos ou se haveria alguma defesa contrária. Nada havendo, encaminhou a votação. Conferido o quorum, estavam presentes onze conselheiros, às 16h20min. EM VOTAÇÃO: Aprovar a emenda ao art. 1º: manter a redação do caput, suprimir o §2º, e alterar o §1º para "Parágrafo único". Ana Caroline Lopes da Cruz - a favor, André Rosa Martins - a favor, Cássio Silva Moreira - a favor, Cláudia do Nascimento Wyrvalski - a favor, Fabrício Sobrosa Affeld - a favor, Leonardo De Carvalho Chimendes - a favor, Lucas Bueno da Rosa - a favor, Maristela de Godoy - a favor, Martha Helena Weizenmann - a favor, Pablo Alberto Lanzoni - a favor, Suzinara da Rosa Feijó - a favor. (11 a favor - 00 contra - 00 abstenção) Aprovado por unanimidade. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt abriu ao destaque: art. 2º: suprimir da redação do caput " até que ocorra a imunização da comunidade interna do campus, de acordo com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 do Ministério da Saúde", suprimir os §1º e §2º. O conselheiro Iuri defendeu, enfatizando a dificuldade em fazer previsões a médio ou a longo prazo na pandemia. Por isso, estabelecer uma condição prévia para ter atividades presenciais, poderia incorrer em uma armadilha, que considerou indesejada por todos, entendendo que isso poderia ser encaminhado para deliberação posterior, no próprio conselho. Enfatizou a insegurança em tratar de matéria de tamanha importância, enxertada em outra matéria, também essencial, que acabou por apressar a discussão. O conselheiro André em defesa contrária, defendeu não considerar que as propostas fossem um enxerto. Esclareceu que, no texto do Parecer de Vista, haveria garantia do retorno presencial vinculado à vacina para toda comunidade do campus, incluindo discentes e terceirizados, e que alterações dessa resolução precisariam passar por deliberação do Conselho. O conselheiro Pablo, transferiu sua titulariedade ao seu suplente Iuri, proponente do destaque, para votação. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, questionou se todos estavam esclarecidos, após encaminhou a votação. Conferido o quorum, estavam presentes onze conselheiros, às 16h33min. EM VOTAÇÃO: Aprovar a emenda ao art. 2º: suprimir da redação do caput " até que ocorra a imunização da comunidade interna do campus, de acordo com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 do Ministério da Saúde", suprimir os §1º e §2º. Ana Caroline Lopes da Cruz - abstenção, André Rosa Martins - contra, Cássio Silva Moreira - a

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

favor, Cláudia do Nascimento Wyrvalski - a favor, Fabrício Sobrosa Affeld - contra, luri Correa Soares - a favor, Leonardo De Carvalho Chimendes - contra, Lucas Bueno da Rosa - contra, Maristela de Godoy - a favor, Martha Helena Weizenmann - a favor, Suzinara da Rosa Feijó -contra. (05 a favor - 05 contra - 01 abstenção) Desempatado pelo voto de qualidade do Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt: contra. (05 a favor - 06 contra - 01 abstenção) O conselheiro luri justificou o voto pela dúvida de: por quais parâmetros a instituição se valeria para tornar isso viável, declarando-se totalmente favorável à vacinação. O conselheiro Cássio justificou o voto pelo mesmo motivo. Rejeitado por maioria. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt abriu ao destaque: Suprimir o artigo 4º e parágrafo único. A conselheira Martha defendeu a supressão por discordar que a instituição tivesse meios de exigir a vacinação como obrigatoriedade e, por considerar não ser uma atribuição do CONCAMP essa decisão, bem como não ter segurança sobre deliberar isso, embora também gostaria que todos estivessem vacinados e ter um ambiente seguro no campus. O conselheiro André em defesa contrária, considerou a legalidade da instituição em fazer essa exigência e, teria a preocupação que sem isso, sequer 70% poderia estar vacinada, colocando em risco a imunização coletiva, considerando o tempo de exposição dentro de uma sala de aula. Por isso, consideraria prudente a manutenção do artigo 4º. A conselheira Suzinara sugeriu uma consulta ao Procurador do IFRS sobre esse assunto posteriormente. O conselheiro Pablo levantou dúvidas em relação ao tratamento aos não vacinados por opção e os não incluídos no programa de vacinação. O conselheiro André, esclareceu que após ter vacina para todos, quem não vacinou-se, foi por própria opção. E que a intenção, também, seria deixar claro que a vacinação deve ser ofertada para todos no nosso país. O Presidente do Conselho, Fabrício Sobrosa Affeldt, questionou se todos estavam esclarecidos, nada havendo encaminhou a votação. Conferido o quorum, estavam presentes onze conselheiros, às 16h49min. EM VOTAÇÃO: Suprimir o art. 4º. Ana Caroline Lopes da Cruz - contra, André Rosa Martins -contra, Cássio Silva Moreira - abstenção, Cláudia do Nascimento Wyrvalski - a favor, Fabrício Sobrosa Affeld - abstenção, Leonardo De Carvalho Chimendes - contra, Lucas Bueno da Rosa - contra, Maristela de Godoy - a favor, Martha Helena Weizenmann - abstenção, Pablo Alberto Lanzoni - abstenção, Suzinara da Rosa Feijó contra. O conselheiro Iuri solicitou desconsiderarem seu voto, realizado inavertidamente. (02 a favor - 05 contra - 04 abstenção) Rejeitado por maioria. Agradecendo a participação de todos os conselheiros e pela contribuição no debate, as interpretes de libras e a secretaria, a presença dos diretores Márcia e Marcelo e pelos seus esclarecimentos e com nada mais a ser tratado, o

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

Presidente do Conselho de Campus do IFRS – *Campus* Porto Alegre, Fabrício Sobrosa Affeldt, declarou encerrada a sessão E, para constar, eu, lara Elisabeth Schneider, Secretária do Conselho de Campus, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos presentes. O teor completo da plenária encontra-se em gravação de vídeo a disposição no canal do YouTube: Secretaria do CONCAMP IFRS-POA. Porto Alegre, cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e um.

Fabrício Sobrosa Affeldt,
(Presidente)
lara Elisabeth Schneider
(Secretária)
Ana Caroline Lopes da Cruz (titular)
André Rosa Martins (titular)
Márcia Loureiro da Cunha (suplente)
Cássio Silva Moreira (titular)
Juliana Schmitt de Nonohay (titular)
Cláudia do Nascimento Wyrvalski (suplente)
Leonardo de Carvalho Chimendes (titular)
Lucas Bueno da Rosa (suplente)
Maristela de Godoy (titular e intérprete de libras)
Martha Helena Weizenmann (titular)
Pablo Alberto Lanzoni (titular)
Iuri Correa Soares (suplente)
Suzinara da Rosa Feijó <i>(titular)</i>

Ana Beatriz Seitz (intérprete de libras)	
Carina Paim da Silveira (intérprete de libras)	
Caroline Kruse Ramos (Chefe de Gabinete)	

Ata aprovada na 04ª Reunião Ordinária de 24 de maio de 2021.

^{*} A via original encontra-se arquivada na Secretaria do CONCAMP.